

Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de CAIXAS RECEPTORAS para coleta de medicamentos vencidos ou não utilizados nas farmácias, drogarias e estabelecimentos congêneres do Município de Guaxupé.

Art. 1º Torna-se obrigatório a colocação em lugar visível de “CaixaReceptora” para coleta de medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos deteriorados ou com prazo de validade expirado ou não utilizados nas farmácias, drogarias, estabelecimentos congêneres e àqueles domiciliares.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos devem afixar placa ou cartaz em local visível e legível, com os seguintes dizeres: **“Este estabelecimento possui CaixaReceptora para descarte de medicamentos e correlatos. Deposite aqui seu medicamento vencido ou não utilizado.”**

Art. 2º Os estabelecimentos mencionados no artigo 1º desta Lei deverão acondicionar o conteúdo da caixa receptora juntamente com o material a ser recolhido por empresa especializada para coleta dos “Resíduos de Serviços de Saúde”.

Art. 3º Os estabelecimentos a que se refere esta Lei, terão o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta Lei, para o cumprimento de suas disposições, sob pena de:

I - advertência;

II - multa de 10 (dez) a 20 (vinte) UFMH (Unidades Fiscais do Município de Guaxupé).

Parágrafo único. Em caso de reincidência o infrator estará sujeito às seguintes penas, progressivamente:

I – Multa de 30 (trinta) a 50 (cinquenta) UFMH (Unidades Fiscais do Município de Guaxupé);

II – Suspensão do alvará de Funcionamento;

III – Revogação do Alvará de Funcionamento.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento da presente Lei e a aplicação das penalidades referidas no artigo anterior serão exercidas pelas autoridades administrativas municipais competentes, os quais atuarão de ofício ou mediante denúncia.

Art. 5º A inobservância de qualquer dispositivo desta Lei, poderá ser processada mediante procedimento administrativo instaurado por iniciativa do usuário ou da fiscalização junto ao PROCON (Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor), o qual encaminhará os fatos e as provas ao Poder Executivo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Fernando de Souza
Vereador Exercício 2013/2016

JUSTIFICATIVA

A vida em grupo exige organização, regulamentação e tolerância, e as cidades precisam administrar interesses diversos e serviços comuns.

Visa a presente propositura, despertar o usuário para a importância do descarte adequado de materiais e medicamentos vencidos ou que não poderão mais ser utilizados pelos consumidores. Torna-se muito relevante que tais medicamentos acondicionados indevidamente ou descartados em locais inapropriados podem trazer sérias consequências e danos à saúde pública.

Descartar aleatoriamente medicamentos que não estão em uso, que perderam a validade ou que estão sobrando é um ato perigoso que pode custar muito caro à saúde das pessoas, levando à reações adversas graves, intoxicações e outros problemas, sem contar as agressões ao meio ambiente, por meio da contaminação da água, do solo e de animais.

É notória a desinformação da população, em geral, quanto aos prejuízos possivelmente causados à saúde pública. O consumo correto de medicamentos, mas com data expirada, pode em alguns casos, causar sérios danos à saúde desses consumidores ou até mesmo não causar o efeito esperado.

Corroborar o fato do descarte de medicamentos e produtos químicos vencidos serem muitas vezes realizado na rede de esgoto podendo ser visualizados a vista, fato notoriamente prejudicial. Eis que grande parte destas substâncias não consegue ser separadas da água pelas estações de tratamento, contaminando assim o seu destino final.

O presente projeto visa instituir postos de recolhimentos de medicamentos vencidos ou não utilizados exatamente no local onde se podem adquiri-los, que são as farmácias e drogarias. Nestes locais serão instaladas “Caixas Receptoras” para que o serviço apropriado de coleta possa recolhê-los e dar-lhes a correta destinação.

A premissa do projeto é esvaziar as farmácias domésticas, e impedir a intoxicação medicamentosa decorrente do uso dos remédios sem prescrição médica, ou com validade expirada.

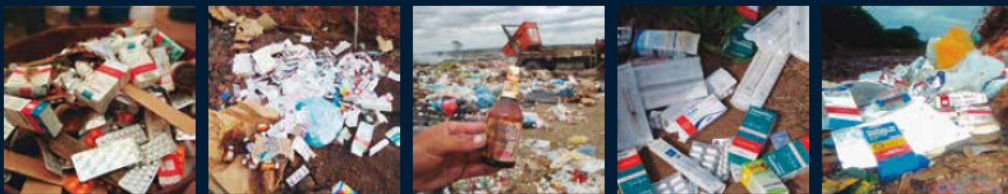
Vê-se então, que o presente projeto apenas cria postos que facilitam à população o correto descarte de medicamentos vencidos ou não utilizados, para que possam ter sua destinação apropriada.

Em tema de direito ambiental, o parágrafo 3º do artigo 225 -CAPÍTULO VI - DO MEIO AMBIENTE da Constituição Federal de 1988 prevê:

“Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.[...]”

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Brasil busca solução para descarte inadequado de medicamentos



Há um sem-número de informações que dá uma parda, mas preocupante noção do intrincado contexto relacionado aos resíduos, no País. **Pesquisa realizada pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), por exemplo, estima-se que cada pessoa inutiliza, em média, dois quilos de medicamentos por ano. A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), por sua vez, estima que são jogados no lixo entre 10 mil e 28 mil toneladas de medicamentos, por ano, pelos consumidores.***

Esse resíduo não tem para onde ir, ou melhor, tem sim: o lixo, em sua maioria. De acordo com um censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2008, 50,75% dos 5.565 Municípios brasileiros despejam o lixo a céu aberto, sem tratamento, contaminando o solo, os lençóis freáticos. **Se levarmos em conta outra pesquisa pelo mesmo instituto, que mostra que mais de 80% dos medicamentos vencidos estão em poder da população, e menos de 20% são provenientes de empresas de saúde ou hospitais, então, dá para deduzir o tamanho do problema que o Brasil terá que enfrentar, sem mais atrasos.***

Acrescente-se a esses números outros colhidos por uma pesquisa realizada pela **Unicamp** (Universidade Estadual de Campinas) segundo a qual há uma falta de conscientização grande entre as pessoas sobre o assunto. **A pesquisa ouviu 141 pessoas. Destas, 88% disseram descartar os resíduos em lixo doméstico.** Segundo um estudo realizado pela empresa de soluções hospitalares *Brasil Health Service*, **um quilo de medicamentos descartado de forma incorreta é capaz de poluir 450 mil litros de água.***

Segundo a Anvisa, o acúmulo de tantas sobras de medicamentos começam pela dispensação em quantidades superiores às necessárias para o tratamento, situação que pode ocorrer, por causa da prescrição incompleta ou incorreta; passa pela falta de conferência da prescrição, no momento da dispensação; pelo erro por parte do dispensador ou pelas apresentações não condizentes com a duração do tratamento, juntamente com a não implantação do fracionamento de medicamentos pela cadeia farmacêutica.

Some-se a esse fator a interrupção ou mudança de tratamento, as amostras-grátis distribuídas pela indústria (em muitos casos, os medicamentos não são usados e perdem a validade) e o gerenciamento inadequado de estoques de medicamentos por parte das empresas e estabelecimentos de saúde. Outro fator que contribui para o acúmulo de sobras é a carência de informação da população sobre a promoção, prevenção e cuidados básicos com sua saúde. O problema é agravado pelo fato de as estações de tratamento de esgoto não conseguirem eliminar completamente os resíduos de alguns tipos de substância.

“Pela determinação da Lei 12.305/2010, a responsabilidade pelo custeio da destinação final dos resíduos de medicamentos é dos fabricantes e importadores. Mas a Lei determina, também, que o recolhimento destes resíduos deve ser feito de forma compartilhada com os demais entes da cadeia farmacêutica.”(farmacêutica Simone Ribas -Revista - Pharmacia Brasileira nº 87 - Janeiro/Fevereiro/Março 2013, páginas 07 a 14).



Assim sendo, buscando acima de tudo contribuir com a manutenção da saúde pública e evitar poluição do meio ambiente, é que apresento o presente Projeto de Lei que ora submete-se à consideração dos Nobres Pares, na aprovação do mesmo, face à observância de seus aspectos formais de constitucionalidade e legalidade.

Colabore com o programa, espalhe esta ideia!

Fonte de pesquisa:

Regulamentação Federal CONAMA nº 358/05 e ANVISA RDC nº 306/04

Revista - Pharmacia Brasileira nº 87 - Janeiro/Fevereiro/Março 2013, páginas 07 a 14

João Fernando de Souza

VereadorExercício 2013/2016

DESCARTE AQUI SEUS MEDICAMENTOS

VENCIDOS OU EM DESUSO



Programa
Descarte Consciente

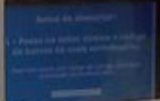
Saiba mais:



Desenvolvimento e Gestão:

11 5033-9733
www.bnsbrasil.com.br

Siga as
instruções:



O Programa DESCARTE CONSCIENTE tem a parceria de:



Medley

Para obter o código de
barra dos resíduos

DESCARTE AQUI
POMADAS E
COMPRIMIDOS



Não é permitido colocar a lixo nos lixos

DESCARTE AQUI
LÍQUIDOS E
SPRAYS



COM OS RESÍDUOS PERIGOSOS

DESCARTE AQUI
CAIXAS E
BULAS



SEGUINHO PARA DORMIR

Ajude a melhorar nosso planeta!

PRESERVMETRO

Acompanhe pelo site
o volume de água
preservado

Veja o
volume de
resíduos de
medicamentos
que deixam de
contaminar o

20 kg
de resíduos de medicamentos
35 kg
de resíduos de medicamentos
50 kg
de resíduos de medicamentos



Resíduo: